

KARL RAIMUND POPPER: UM FILÓSOFO E TRÊS ABORDAGENS DA METODOLOGIA DA ECONOMIA¹

Solange Regina Marin²
Ramón García Fernández³

Resumo: Procura-se fazer uma análise de três leituras da filosofia da ciência de Karl Popper propostas por diferentes especialistas em metodologia da economia. Cada uma delas destaca diferentes aspectos de sua obra (falsificacionismo, análise situacional e diálogo crítico), como recomendação básica para o adequado desenvolvimento da ciência econômica.

Palavras-chave: metodologia econômica; racionalismo crítico e Karl Popper.

Introdução

Karl Popper (1902-1994) nasceu em Viena, Áustria. Embora fosse um filósofo da ciência, sua obra teve grande repercussão fora do âmbito específico da filosofia, sendo seu impacto especialmente significativo na economia. Para Bruce Caldwell (1991), dentre os muitos fatores para a grande popularidade de Popper estão a sua clareza e sobretudo as suas perguntas certas sobre assuntos relevantes dentro da pesquisa científica.

Na economia, a obra de Popper mais conhecida é a *Lógica da Descoberta Científica* de 1934, publicada em inglês somente no final da década de 50 (quando Popper se encontrava morando em Inglaterra há mais de uma década).⁴

¹ Este artigo é uma versão modificada do apresentado no XXX Congresso Nacional de Economia de 2002, considerando as críticas e sugestões surgidas no debate.

² Mestre em Desenvolvimento Rural pela UFRGS; doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.

³ Prof. do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR.

⁴ Esse intervalo entre os escritos nos quais as idéias de Popper foram inicialmente propostas e a veiculação das mesmas em publicações de maior impacto constitui um complicador quando o objetivo é delinear a filosofia de Popper.

Caldwell (1991) sugere que a filosofia da ciência de Popper tem sido interpretada pelos metodólogos da economia de duas maneiras, como se existissem duas pessoas diferentes⁵: Popper_N (das ciências naturais) e Popper_S (das ciências sociais). Com essas duas visões, Caldwell examina as suas influências na metodologia da economia e na história da ciência econômica, observando pontos de convergências e de divergências, assim como sua aplicabilidade. Indica que a perspectiva da metodologia da ciência econômica transita entre essas duas visões, uma vez que existem alguns que propõem que esta poderia ser vista como defendendo basicamente o falsificacionismo (Popper_N), enquanto outros sugerem a análise situacional (proposto pelo Popper_S) como sendo a metodologia adequada para as ciências sociais e especialmente para a economia.

O principal responsável pela apresentação do Popper falsificacionista na economia é Mark Blaug. Este autor é favorável ao falsificacionismo, desde que definido de um ponto de vista metodológico que considere as teorias e hipóteses como sendo científicas se e somente se suas previsões forem pelo menos em princípio falseáveis. *“Alcançar de forma completa o ideal da falseabilidade é o objetivo principal da economia”* (Blaug, 1999: 34).

Para Wade Hands (1992), o falsificacionismo é mais conhecido dentro da economia, porém, quando estritamente interpretado, pode ser de pouco uso para o economista. Hands lembra, contudo, que o próprio Popper fez uma proposta que ele achava mais adequada para as ciências sociais (e especialmente para a metodologia) em outras obras posteriores, chamada análise situacional. O falsificacionismo parece inconsistente com a proposta de análise situacional de Popper para as ciências sociais. Porém, continua Hands, enquanto este Popper_S, o da análise situacional, é praticamente desconhecido entre os economistas, parece muito aplicável na metodologia econômica, especialmente na análise microeconômica.

Outro corte foi proposto por Lawrence Boland (1994), segundo o qual existem duas visões da filosofia da ciência de Popper, uma mais popular, centrada no falsificacionismo, e outra, embora menos popular, mais importante: o Popper do Diálogo Socrático (Popper_D). Na visão do Popper Socrático predomina *“a ênfase do papel crítico da racionalidade. Racionalidade é debate crítico – com a ênfase no debate. Popper as vezes chama isso de*

⁵ Esta argumentação de Caldwell tem como base um trabalho de Imre Lakatos (1979) no qual sugere a existência de três Poppers: Popper₀, Popper₁ e Popper₂. O primeiro é o falsificacionista dogmático, na verdade, segundo Lakatos, inventado pelos críticos de Popper. O segundo é o falsificacionista metodológico ingênuo e o último é o falsificacionista metodológico sofisticado (Lakatos, 1979: 224).

racionalismo crítico” (Boland, 1994:157). Nesta visão, o âmago da metodologia popperiana se encontraria na proposta de racionalismo crítico, também abordado por Caldwell.

Este artigo pretende fazer um mapeamento da filosofia de Karl Raimund Popper através de um contraponto, se houver, entre os três Popper propostos: o Popper_N (falsificacionismo), que trata da filosofia da ciência em geral; o Popper_S (análise situacional), que expõe uma lógica das ciências sociais; e, o Popper_D (racionalismo crítico), que destaca a importância do debate crítico, desde que conduzido com racionalidade e mantendo o compromisso com a análise empírica.

1- O Popper_N (ciências naturais) e o monismo metodológico

O objetivo central de Popper nos anos 30, através da publicação de *A Lógica da Pesquisa Científica*, era enfrentar o positivismo lógico do Círculo de Viena. Esse positivismo era considerado por ele como uma matriz de dogmatismos, cuja ênfase estava em identificar a ciência como uma atividade estritamente indutiva. Ou seja, a partir de observações eram levantadas hipóteses e formuladas leis sobre fenômenos, procedendo depois à sua generalização e verificação. Popper se manteve fiel a esta perspectiva, e muitos anos depois, em 1983, refinaria esta crítica aos positivistas no seu *Pós-Escrito à Lógica da Descoberta Científica: O Realismo e o Objetivo da Ciência* (1997).

Para Popper (1997: 190) a aplicação do seu critério de demarcação (falsificacionismo), antes de buscar separar ciência de metafísica⁶, como queriam os positivistas lógicos do Círculo de Viena, visava *avaliar teorias e ajuizar suas pretensões*. Disso surgia a necessidade de um critério para um problema prático: decidir se uma certa teoria é aceitável por meio de argumentos empíricos. Tratava-se, apenas, de examinar as condições de aceitação de uma teoria, frente a observações e experimentações empíricas, podendo ela resistir ao teste (ser corroborada) ou, caso contrário, ser refutada.

Popper não estava satisfeito com o critério de demarcação dos positivistas lógicos⁷, fundado no verificacionismo (Popper 1997, cap. II). Embora ainda não tivesse analisado a

⁶ Popper admite a influência constante da metafísica, inexistindo um critério seguro para verificar se uma proposição é ou não metafísica (p. ex., o atomismo de Demócrito). Se uma proposição puder ser testada, antes deve ser possível falseá-la, caso contrário será confirmada, e não corroborada. Mesmo assim, esse critério não assegura se a proposição testável é ou não é metafísica. A terceira seção deste trabalho trata da posição metafísica explicitamente assumida por Popper.

⁷ Popper distingue “critério de demarcação do significado” de “critério de demarcação entre ciência empírica, por um lado, e matemática pura, lógica, metafísica e pseudociência, por outro” (Popper, 1997: 191). O primeiro

fundo o problema da indução de David Hume, Popper já observava na *Lógica da Pesquisa Científica* que o critério para justificar uma teoria científica empírica era a sua capacidade de testabilidade, refutabilidade ou falsificabilidade (Popper, 1997: 180). Ao invés de obter a confirmação da teoria pelos dados (verificacionismo), mais adequado seria propor um enunciado para falsificar a teoria e testá-lo nas observações e experimentações.

Uma teoria com possibilidade de ser falsificada pode ser caracterizada como científica. Logo, uma teoria que não pode ser testada com este critério, ou seja, não pode ser falsificada, não é tampouco científica, mas deve ser considerada como pertencente à lógica, matemática pura, metafísica ou pseudociência.

A intenção de Popper era somente decidir se alguma teoria era aceitável em termos científicos. Porém, o método falsificacionista foi interpretado como uma revisão do critério de demarcação dos positivistas lógicos, ou seja, um verificacionismo com nova roupagem. Para Popper (1997, cap. I), tal confusão decorre do indutivismo, então predominante entre os positivistas e os empiristas, para os quais a origem do conhecimento são os dados observáveis e experimentais. Contudo, se esses dados empíricos não falam por si, devem ser traduzidos a partir de uma prévia formulação *racional*. Então, como acredita Popper, a indução não pode ser considerada como origem do conhecimento.

Para Popper (1997: 62), David Hume propôs o chamado “problema da indução” que se referia à validação das regularidades tendo em vista, por um lado, o desconhecido (princípio da invalidade da indução), principalmente em relação ao futuro, e por outro, a convicção de que só tem validade a experiência (princípio do empirismo). Porém, como obter conhecimento diante das experiências desconhecidas, notadamente as do amanhã? Tal dúvida compromete a verdade da existência de regularidades. Hume, então, conclui que a indução é racionalmente inválida. E, diante da constatação de que tudo provém da experiência, confiou no hábito, e não na razão.

Popper acrescenta uma outra proposição ao problema da indução: o princípio do racionalismo crítico, visando resgatar a razão excluída por Hume (Popper, 1997: 64). A indução é inválida, como pretende Hume: não tem valor lógico, tendo em vista a impossibilidade de se apreender todas as possibilidades de ocorrência dos eventos. Porém,

é identificado como o método verificacionista dos positivistas, que buscavam confirmar se uma teoria teria ou não significado (ou ser significativa). O segundo, corresponde ao seu método do falsificacionismo, que estabelece a possibilidade da teoria ser criticável (ou testável). Popper dava pouca importância ao primeiro critério, mas o último constituiu uma preocupação central em toda sua obra.

seguindo Popper, Hume deu um valor factual e não apenas lógico para a indução, cujo emprego poderia ser justificado através do hábito (aprendemos com as repetições, com as regularidades que aparecem sucessivamente), do que decorreria, por indução, embora inválida, que os fatos da vida ensinam os seres humanos.

Popper considera um mito *o fato* da indução, ainda mais que o princípio do racionalismo crítico representava um acréscimo em compatibilidade e consistência nos passos do problema da indução de Hume em contraposição ao “hábito”⁸. Pelo racionalismo crítico, teorias são suposições, conjecturas ou hipóteses. As regularidades são firmadas pelo método da tentativa e erro, de conjectura e refutação, ou aprendizagem a partir dos nossos erros; regularidades não são obtidas por acumulações ou associações de observações. Diante disso, é errando (testando) que se aprende e se faz ciência.

O falsificacionismo de Popper não visa dar um valor factual para observações e experimentações (mito da indução), mas exclusivamente um valor lógico: o de propor contra-argumentos passíveis de testes.

Se o falsificacionismo é uma questão lógica, então pode ser válido para todas as ciências (“monismo metodológico”). Este é o critério de demarcação de Popper que difere dos positivistas ao rejeitar o indutivismo, assumindo uma preferência pela dedução. Ele apenas requer que as deduções sejam testáveis, de modo a serem corroboradas ou falsificadas, pois objetiva-se o conhecimento racional crítico, conjectural, e não o conhecimento ideal.

A formulação da visão do Popper_N mostra o falsificacionismo como método lógico que empreende testes para as teorias. Na crítica dessa visão popperiana, muitas vezes se tem em vista as inconsistências lógicas do método, como no caso da formulação de Duhem-Quine⁹.

Quando Hands (1992) formula a dificuldade de aplicação do critério do falsificacionismo na economia, refere-se apenas aos aspectos lógicos. Também tece algumas considerações sobre o problema da verdade, sobre o realismo objetivo e sobre a indisposição

⁸ Os passos do problema de Hume, ou o limite até onde a lógica alcança, é o que segue (Popper, 1997: 63): (i) confia-se na existência de regularidades e de leis da natureza; (ii) mas não podemos ter experiência de muitas coisas, desconhecidas e localizadas no futuro; (iii) por outro lado, só podemos conhecer com essa experiência. Popper acrescenta (iv) o princípio do racionalismo crítico, dando consistência e compatibilidade de (i) a (iv), pois resolve a aparente contradição entre (ii) e (iii). Hume decide, com relação a esta aparente contradição, que tudo é (iii). Mas, conclui Hume, já que a indução é racionalmente inválida, confia-se no hábito e não na razão.

⁹ O problema Duhem-Quine expõe que nenhuma hipótese é testada isoladamente, mas sempre junta com pressupostos auxiliares e descrições de condições iniciais (Zahar In: O’Hear, 1997: 58). Assim, uma hipótese falsificada pode determinar a falência de todo o sistema teórico, algo que não acontece frequentemente. Para uma defesa do falsificacionismo diante dessa crítica, ver Zahar *in*: O’Hear, 1997.

do cientista econômico quanto a teorias testáveis independentemente da teoria então em voga, temas estes que ultrapassam o âmbito do falsificacionismo lógico.

Devem ser considerados os problemas da lógica pura ou do esquema lógico da explicação (explanação) – como destaca Hands, os problemas duhemiano, da inexistência de base empírica, da corroboração de teorias por trivialidade, e da teoria independentemente testável –, buscando-se uma tentativa de solução, sempre no campo da lógica, quando então o falsificacionismo pode ter sua aplicabilidade na teoria econômica.

Caldwell (1991), afirma que T. W Hutchison, J. Klant e M. Blaug são os maiores defensores do falsificacionismo na economia, mas como critério de demarcação. Por mais que Popper insista que o método falsificacionista pretendia avaliar teorias e ajuizar suas pretensões, este foi interpretado como critério de demarcação entre ciência e pseudo-ciência.

Segundo Caldwell (1991) Hutchison foi o primeiro a introduzir a testabilidade como um critério para distinguir entre ciência e pseudo-ciência, na obra *The Significance and Basic Postulates of Economic Theory*, publicada originalmente em 1938. Ainda conforme Caldwell, Hutchison, Blaug e Klant são críticos da proposta de Ludwig von Mises de que a economia é a ciência da ação humana, por entenderem que esta proposta propõe uma teoria econômica não-falsificável, sendo, portanto, dogmática¹⁰. Todavia, as dificuldades de falsificar o marxismo clássico e os institucionalistas americanos, por exemplo, levam Blaug e Hutchison a concluir que é difícil falsificar teorias econômicas. Caldwell observa que também Friedrich Hayek achava difícil falsificar teorias econômicas, tendo em vista a complexidade dos fenômenos que focalizam. Predomina o entendimento do falsificacionismo como critério de demarcação entre ciência e não-ciência, que permite desconsiderar algumas teorias econômicas dogmáticas (não falsificáveis), uma vez que elas são estabelecidas com base em princípios para os quais não é concebível uma situação na qual possam vir a ser considerados falsos.

Boland (1994) também encontra dificuldade em aplicar o falsificacionismo na ciência econômica. A economia não parece se adequar ao método de escolher a melhor teoria (avaliar e justificar), dentre outras teorias competidoras, não só pela falta de competição, mas pela pouca mudança que ocorre na teoria econômica.

¹⁰ Segundo Blaug (1999:129), o enunciado de *praxeology* (ciência da ação humana) de Mises postula que a ação individual propositada funciona como um pré-requisito para se explicar todo o comportamento, incluindo-se, o comportamento econômico. Isto não seria satisfatório como pedra angular para uma teoria verdadeiramente científica, pois não seria falsificável.

Para Popper (1997:180), o entendimento errôneo do seu método de avaliar e julgar teorias testáveis é decorrente da falta de ligação entre o problema de demarcação e o problema da indução, somente apresentado no *Pós-Escrito* em 1983. Popper com seu critério falsificacionista procurou um método de testar uma teoria e não de procurar verificações, como sugeriam os positivistas¹¹. Para Popper, o falsificacionismo era antes uma questão de lógica do que uma preocupação essencialmente empírica.

Mas o problema do falsificacionismo também deve ser observado com a inserção da idéia do racionalismo crítico. Para Blaug (1994), alguns tópicos popperianos como Caldwell, Boland e Hands, depois de terem discutido algumas objeções à visão metodológica de Karl Popper, tenderam em favor do “racionalismo crítico” como a essência de Popper. Antes, contudo, do exame do racionalismo crítico, bem como do estabelecimento de princípios racionais (seção 4), que pode ser considerada a *emenda* que Popper e outros fizeram ao falsificacionismo (Caldwell, 1991 e Hands, 1992), é interessante firmar algum entendimento sobre a análise situacional, ou o chamado Popper_s das ciências sociais, visto por Caldwell e Hands como o mais adequado para a metodologia econômica.

2- O Popper_s e a análise situacional

Quando se trata das ciências sociais Popper introduz a *lógica da situação*. Na Vigésima-quinta Tese da *Lógica das Ciências Sociais* (Popper, 1992) é apresentada a análise situacional:

“A investigação lógica dos métodos de economia política conduz a um resultado aplicável à totalidade das ciências sociais. Este resultado demonstra a existência, nas ciências sociais, de um método puramente objetivo¹², que se poderá designar por método compreensivo-objetivo ou por lógica da situação” (Popper, 1992: 83, grifos no original).

A investigação lógica na “economia política” (à qual Popper se refere sem, infelizmente, especificar o que exatamente entende como tal), mostra a possibilidade de um método puramente objetivo (método compreensivo-objetivo), sem recorrer a idéias psicológicas ou subjetivas, que pode ser aplicado à totalidade das ciências sociais. Tal método

¹¹ Sobre a assimetria entre verificação e falsificação ver Popper (1997: 97-204).

¹² Segundo Popper, o falsificacionismo permite apresentar um critério objetivo para as ciências naturais, mas faltava uma proposta objetiva para as ciências sociais. Diante de limitações do método falsificacionista no ambiente social (por ex. a maior dificuldade na realização de testes controlados), a lógica da situação seria o método objetivo das ciências sociais.

consiste na análise da situação do indivíduo, na busca de explicar a ação a partir da situação. Para Popper, sempre que um indivíduo age, o faz seguindo um objetivo definido e de acordo com algum conhecimento da situação. Fatores aparentemente psicológicos, tais como desejos, impulsos, recordações e associações, são convertidos em fatores situacionais.

As ciências sociais devem ser constituídas pela lógica situacional, onde os desejos são convertidos em fins objetivos; recordações ou associações em dotação de teorias ou informações. No âmbito do método objetivo, não se recorre ao psicologismo¹³. E isto especificamente quanto à lógica do conhecimento das ciências sociais.

Hands (1992) constata a aplicabilidade da lógica situacional na economia, afirmando que se trata do método da microeconomia (e também da macroeconomia baseada em microfundamentos).

“A análise situacional é o que em economia se conhece por conceito de escolha racional, isto é, a visão de que o comportamento econômico é simplesmente o comportamento maximizador individual sujeito a restrições, e na verdade Popper declarou ‘análise situacional’ ser uma generalização do método da análise econômica” (Blaug, 1994:112).

Segundo a análise situacional, preferências, tecnologias e restrições (preços, renda, etc.) mostram a situação do agente e sua motivação (maximização da utilidade). Essa situação é analisada segundo a dedução de um comportamento (compra mais ou menos, produz mais ou menos, etc.) que quando apropriado é matematizável na teoria econômica. Finalmente, fixa-se o princípio racional, segundo o qual os agentes atuam *apropriadamente* (racionalmente), dadas as situações analisadas. Este esquema *lógico* parece ser o da análise situacional. No entanto, permanecem problemas como o da escolha da teoria do comportamento adequado, bem como da discussão crítica da própria racionalidade.

Para caracterizar o sentido de *objetividade*, amplia-se a análise para a *teoria do conhecimento científico*. Popper inicia a *Lógica das Ciências Sociais* tomando o antagonismo entre saber e não-saber¹⁴, para chegar à seguinte tese:

“(Quarta Tese) Na medida em que é possível dizer, de um modo geral, que tanto a ciência como o conhecimento começam em algures, então é igualmente válido o que se segue: o conhecimento não parte de percepções, de observações, nem da recolha de

¹³ O psicologismo é entendido como a doutrina de que todas as leis da vida social devem reduzir-se, em última instância, às leis psicológicas da “natureza humana”. Para mais detalhes ver Popper (1993) [1934] *A Lógica da Pesquisa Científica*, p. 31-32, Popper (1974) [1945] *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, cap. 13 e 14, Popper (1995) [1967] “O Princípio de Racionalidade” e mais adiante, nesta seção.

¹⁴ Popper expõe a questão do saber na primeira tese e a do não-saber na segunda tese. Na terceira tese sugere a necessidade de uma teoria do conhecimento esclarecer as relações entre o saber e o reconhecimento do não-saber que satisfaça as duas primeiras teses (Popper, 1992:71-72).

dados ou de fatos, mas sim de problemas. Sem problemas não há saber, como não há problemas sem saber” (Popper, 1992: 72).

Com isto, exclui-se do sentido de objetividade o conhecimento através de dados da observação e da experimentação. Todo o nosso conhecimento parte de um *problema*, mesmo que seja algo surpreendente e novo que apareça como dado observável. Então, *o método*, válido tanto para as ciências naturais quanto para as ciências sociais, é *tentar resolver os problemas* (Popper, 1992: 73, Sexta Tese). Diante disso, propõe-se uma solução que será o *objeto* de crítica. Se a tentativa de resolver não resiste à crítica, a solução proposta ainda não tem rigor científico. Se resistir à crítica, a teoria é aprovada momentaneamente, pois deve-se procurar outro aspecto para ser criticada. Se refutada, procura-se outra tentativa de solução, novamente exposta à crítica. É a tentativa de solução do problema sob controle rigoroso da crítica: o método da *tentativa e erro*. Assim, a objetividade do método crítico – a objetividade da ciência – é considerar toda teoria criticável e toda crítica dotada de instrumentos lógicos objetivos.

No caso das ciências sociais, a “teoria da objetividade científica”, a “própria sociologia do saber”, que permite eliminar da análise aspectos da “posição social ou ideológica do investigador” só pode ser explicada:

“... através de determinadas categorias sociais, como por exemplo: competição (tanto entre os cientistas, individualmente, como entre as diversas escolas); tradição (nomeadamente, a tradição crítica); instituições sociais (como sejam, publicações em diversos periódicos concorrentes; debates em congressos); poder estatal (nomeadamente, tolerância política face a debates livres)” (Popper, 1992: 78, Décima terceira Tese).

As contraposições de idéias ocorrem no momento do debate crítico, no qual devem ser problematizadas e obterem propostas de solução, distinguindo problemas científicos de extra-científicos. Tal situação ocorre tanto nas ciências naturais quanto nas ciências sociais. Popper, pretende firmar a idéia de que a objetividade da ciência é uma questão social da discussão científica “... *da sua colaboração mas também das guerras entre si*” (Popper, 1992: 78) e não uma questão individual. A ideologia e posição social do investigador surgem no debate crítico e, ao longo do tempo, perdem a importância para o debate exclusivamente científico.

Popper discute seu método crítico com a negação do naturalismo metodológico. “É o caso, por exemplo, do naturalismo ou cientifismo metodológico, mal organizado e equivocado, que exige que as ciências sociais recorram, ao fim e ao cabo, às ciências da natureza para apreenderem o que é o método científico” (Popper: 1992:74).

O método de Popper permite distinguir valores científicos de não-científicos através da discussão crítica, enquanto que o naturalismo pretende que os cientistas se desfaçam de seus valores. Além disso, enquanto, em Popper, a tentativa de solução (dedução) é o objeto (da crítica), no cientifismo metodológico se procuram observações e medições, apenas se aproximando do objeto científico, para depois generalizar (indução). O argumento negativo recai no problema da indução, mas agora com *agravantes* na dificuldade de se obter dados e medidas de fenômenos sociais, bem como na dificuldade de se obter objetividade nas ciências sociais, caso o cientista esteja mais ou menos suscetível a valores.

A crítica de Popper permite estabelecer outro tipo de objetividade, válida para todas as ciências: enxergar os *problemas como objetos*. Isto possibilita também a discussão sobre valores, escolhendo aqueles que podem ser considerados puramente científicos (a verdade, a inventividade, a capacidade de esclarecimento, a simplicidade, a precisão), diferenciando-os dos valores não-científicos, como interesses não inerentes à procura da verdade (interesses de, por exemplo, bem-estar, desenvolvimento industrial, enriquecimento pessoal). Popper mais uma vez critica o psicologismo como base das ciências sociais, mas não descaracteriza a existência de valores (científicos e não-científicos) que devem ser discutidos entre os cientistas. Alerta os cientistas sociais ao afirmar que aceitar as motivações psicológicas como fundamentos das ações e condutas humanas pode conduzir o cientista para a idealização da origem desses fundamentos, com o risco dessa origem ideal se tornar a força determinante das ações sociais. O que Popper quer enfatizar é que na maioria das situações sociais existe um elemento de racionalidade. Porém, com isso, Popper não quer dizer que todas as ações humanas são racionais, mas que existe a possibilidade da descoberta de um fundamento racional que informe e justifique as ações dos seres humanos.¹⁵

Dentro de uma argumentação positiva na defesa do seu método crítico, Popper enfatiza que o objetivo da ciência é a explicação satisfatória do que aparece e impressiona (Popper, 1997, cap. 15). Esta explicação é satisfeita na relação entre os *explicans* (as premissas) e o *explicandum* (as conclusões). A associação lógica entre os *explicans* e o *explicandum* constitui o *esquema lógico da explicação* (Popper, 1992: 81). Os *explicans* precisam implicar

¹⁵ Popper refere-se à racionalidade em dois sentidos: existe a racionalidade como atitude pessoal expressa pela disposição de admitir criticamente os erros e, portanto, corrigi-los. Porém, a expressão “princípio de racionalidade” para qualificar as ações humanas não quer dizer que os homens sempre adotem uma atitude racional diante dos problemas que enfrentam. O princípio de racionalidade é mais um princípio mínimo que anima a todos os modelos situacionais explicativos. Este princípio pode ser resumido como a adequação de uma ação a um problema situacional. (Popper, 1995:391-92).

logicamente o *explicandum*, ser conjecturados verdadeiros, e, se não for possível tomá-los como aproximações da verdade, então devem ser independentemente testáveis. Aqui retorna o critério de demarcação, o falsificacionismo, na importância de não se tomar proposições *ad hoc*, mas teorias independentes e testáveis, tendo em vista o avanço científico. A não ser nos casos de leis universais da natureza, como *explicans*, que, pela riqueza de conteúdo, permitem testes independentes de proposições que não são *ad hoc*. Então, o avanço científico ocorre em direção a teorias de conteúdo cada vez mais rico, mais universais, e até mais exatas.

Popper acredita numa explicação suprema, de conteúdo rico para testes, o que ele denomina de essencialismo modificado¹⁶. Qualquer explicação pode ser melhorada por uma teoria ou uma lei de maior universalidade. As falsificações nos ensinam o inesperado, permitindo a ocorrência de choques com explicações alheias, e que podem mudar em muito, dependendo do poder explicativo da teoria, nossa visão de mundo (Popper, 1997: 156).

Em resumo, a lógica situacional pode ser considerada como o método lógico das ciências sociais sugerido por Popper, enquanto o seu método crítico pertence à metodologia das ciências (sociais e naturais). De uma forma mais abrangente, a seleção de problemas faz parte da teoria do conhecimento ou da lógica do conhecimento, e o falsificacionismo, por sua vez, pertence à lógica pura e dedutiva.

Popper ensina que, para premissas verdadeiras e inferência válida, a conclusão deve ser verdadeira; porém, para conclusão falsa, de inferência válida, não é possível que todas as premissas sejam verdadeiras (Popper, 1992: 80, Décima sétima Tese). A possibilidade de deduzir uma possível conclusão falsa é reduzida através da *crítica racional*, e a consequência lógica de uma conclusão falsa é a refutação da asserção (de pelo menos uma das premissas). Para Popper (1992: 80, Décima nona Tese), teorias são sistemas dedutivos como tentativas de explicação e tentativas de solução de problemas, com crítica às pretensões à verdade. A racionalidade consiste em demonstrar que a *pretensão à verdade é falsa*: aprende-se com erros (Popper, 1992: 80, Vigésima Tese).

O Popper_N, que agora pode ser visto como fundamentado em aspectos lógicos, diferencia-se do Popper_S quando se expõe os aspectos psicológicos – as valorizações do

¹⁶ Popper não acredita no essencialismo metodológico, que responde e pergunta *o que é?* (caso das definições) (ver Popper, 1974, 15-28 e 301-302, Popper, 1997, 155 e 270-271), nem no instrumentalismo (ver Popper, 1997, 134-150 e 155). Para Popper, não existe um termo exato ou termos tomados precisos por definições precisas. Identifica-se o instrumentalismo na proposta para a metodologia da ciência econômica de Friedman (1981). Popper critica o instrumentalismo diferenciando teorias científicas de regras de computação (os instrumentos), e, principalmente, pelo fato de não se analisar a verdade ou falsidade dos instrumentos, ou seja, a validade dos procedimentos e técnicas.

cientista, o amor à verdade, a defesa do sistema teórico e como base das ciências sociais – à crítica. Diante disso, Popper sugere a crítica racional, que envolve aspectos puramente lógicos, e, no caso das ciências sociais, a necessidade de considerar conceitos sociais (não-psicológicos) como o entorno da ação e dotação de conhecimento do indivíduo. Disso resulta que, dentro de um mundo físico com ações próprias das ciências naturais, reconhece-se um mundo social caracterizado por ações individuais e institucionais, um mundo com indivíduos e instituições sociais, exposto por uma lógica situacional.

Hands (1992) verifica um paradoxo no fato da metodologia econômica ter focalizado mais a visão falsificacionista do que a análise situacional, pois este é o método de Popper para as ciências sociais. Porém, a análise situacional seria exemplificada através das análises feitas na microeconomia, eis que baseada num princípio de racionalidade estabelecido (os indivíduos agem com uma razão econômica), em uma dada situação social.

Popper, no artigo *O Princípio de Racionalidade*, publicado pela primeira vez em 1967, estabelece que as ciências sociais operariam com o método de construir situações em condições típicas. Por meio da análise situacional, as situações sociais típicas são transformadas em modelos. O erro, segundo Popper, está em animar o modelo social com as leis da psicologia humana. Então, ele sugere a fixação de um princípio de racionalidade que seria um postulado metodológico e não uma proposição empírica ou psicológica, onde: “ *Os agentes sempre atuam de maneira apropriada à situação em que se encontram*” (Popper, 1995:387). Mas, “ *utilizamos o princípio de racionalidade simplesmente como uma boa aproximação à verdade, reconhecendo que não é verdadeiro, senão falso*” (Popper, 1995:390).

A economia política, como já dito por Popper, caracteriza-se em exemplo de um método para a investigação lógica das ciências sociais, com base no princípio de racionalidade e dentro da lógica da situacional. No entanto, resta a questão de se esse princípio de racionalidade pode ser falsificado (testável), segundo o método popperiano. A fixação de um princípio de racionalidade, como uma lei da natureza da qual decorrem os resultados, depende da crítica, mas também da metafísica. Nesse passo, Popper propõe o realismo objetivo como o *método* objetivo das ciências¹⁷.

A análise situacional não pode ser vista apenas como o único método das ciências sociais. Os princípios e pressupostos desta estão situados em uma lógica mais abrangente, a

¹⁷ A ser desenvolvido na próxima seção.

que inclui também as ciências naturais, qual seja a metodologia das ciências como sendo o método da discussão crítica. Diante disso, o falsificacionismo caracteriza-se como um critério forte para ajuizar se uma teoria é testável e aceitável como científica.

Para Caldwell (1991:13), o método da lógica situacional ou análise situacional é estudar as repercussões sociais não-intencionais de ações humanas intencionais, podendo ser o único método de exposição das ciências sociais. A tarefa das ciências sociais não é profetizar sobre problemas da sociedade¹⁸.

Contudo, para Caldwell, o estabelecimento do princípio racional no lugar das leis universais é problemático. Caldwell sugere um “marco zero” – o postulado de que os agentes atuam apropriadamente para suas situações – como na teoria microeconômica tradicional. Trata-se de um princípio metafísico que não é verificável, nem falsificável, tampouco refutável empiricamente. Portanto, igualmente ao caso das leis universais que estimulam modelos na ciência natural, o princípio racional *anima* as ciências sociais e, conseqüentemente, a ciência econômica.

A fixação de um princípio permite resultados então considerados científicos. Se tal princípio resultar num rico conteúdo, próprio para a testabilidade, a falsificação e a refutabilidade, pode ser prontamente aceito como racional. Porém, este racional não é obtido dos dados observáveis e experimentáveis (do indutivismo), mas do racionalismo crítico, como se expõe na próxima seção.

3- O Popper _D e a discussão crítica

Uma discussão crítica, com base racional, travada em ambientes onde se pode identificar algo como um “estado do debate científico atual”, é a proposta de *diálogo socrático* do Popper _D. Porém, tal visão foi elaborada por Boland (1994) e não mencionada explicitamente por Popper.

No *Pós-Escrito da Lógica da Descoberta Científica* (1982), Popper salienta que sua visão poderia ser entendida como “falibilismo e abordagem crítica”. Por falibilismo se entende que não existe certeza do conhecimento ou verdade, pois todo conhecimento é conjectural e, por abordagem crítica, ele quer demonstrar o que justamente foi denominado de racionalismo

¹⁸ O que, por sinal, é um dos temas reiterados na obra de Popper, destacando-se a esse respeito “A Miséria do Historicismo” no qual Popper questiona frontalmente a possibilidade de se fazer grandes previsões em Ciências Sociais.

crítico. “*Todas as teorias científicas estariam abertas ao criticismo, particularmente com referência aos problemas com os quais as teorias em questão estavam designadas a resolver*” (Blaug, 1994:112).

A idéia socrática do não-saber toma aqui outro rumo: a cada nova descoberta, surgem novos problemas, reforçando a consciência de que apenas conseguiu-se aproximar da verdade, ou de que unicamente se fez uma tentativa de resolver o problema (Popper, 1992: 71, Segunda Tese). Mas, ao mesmo tempo, temos consciência de saber algo, sugerindo a aparente contradição entre o saber e o não-saber. Assim, o debate crítico é interminável, diferente da proposta socrática de saber que não sabe. Para Popper, o saber e o não-saber são conciliados no *problema* (origem do conhecimento) que é desafiado pelo debate crítico: por isso a recomendação de um procedimento metodológico de algo como o diálogo socrático.

Na visão do Popper socrático, a ciência é mais um processo em estado de fluxo constante, do que uma postura estabelecida de verdades estáveis não sujeitas à revisão. Não há método infalível, nem autoridade, nem fatos inquestionáveis. “*A ciência é pensamento científico sem método científico*” (Boland, 1994:162).

A discussão crítica deve ser vista sob as perspectivas do *racionalismo crítico* e do *realismo objetivo* propostos por Popper para mostrar a sua visão de mundo. Num aspecto lógico, para compreender as interações do mundo físico com o mundo social, usa-se o falsificacionismo e o estudo da lógica situacional, bem como os conceitos lógicos de aproximação da verdade e tentativa de solução de problemas.¹⁹

Na abordagem do Popper_D, contudo, o método do falsificacionismo pode ser caracterizado como uma condição lógica requerida pelo racionalismo crítico, e a racionalidade continua sendo essencial, porém somente enquanto *um* aspecto da crítica.

Popper entende que o racionalista se esforça por tomar decisões, trabalhando com argumentos. Difere do que ele denomina falso racionalismo, caracterizado por entender o mundo a partir da construção de máquinas gigantescas e mundos sociais utópicos. Enquanto que o verdadeiro racionalista procura soluções para os problemas presentes, o falso racionalista já tem as respostas prontas.

¹⁹ Segundo Popper, a nossa realidade consiste em três mundos ligados entre si. (A palavra Mundo não significa Universo ou Cosmos, mas apenas partes deste). Estes três mundos são: o Mundo físico, Mundo 1, dos corpos e dos estados, fenômenos e forças físicas; o Mundo psíquico, Mundo 2, das emoções e dos processos psíquicos inconscientes; e o Mundo 3 dos produtos intelectuais. (Popper: 1992:21-22) A diferença entre os três mundos popperianos torna-se mais clara com a consideração sobre seus modos de existência: “*o Mundo 1 é determinado pela materialidade física das coisas; o Mundo 2 existe em nossas disposições e reações psicológicas e o Mundo 3 não está em lugar algum*” Neiva (1999:23).

Estudando uma situação em microeconomia (teoria do consumidor), podemos ver as diferenças de abordagens entre a análise situacional e o diálogo socrático. O economista, ao olhar essa situação na primeira perspectiva, destaca a busca da maximização da utilidade frente um orçamento limitado e preços existentes. A diferença, para a lógica do Popper socrático, é que os economistas centrar-se-iam no papel do consumidor como sendo o de um indivíduo que tenta resolver um problema de escolha.

O racionalismo crítico consiste em defender racionalmente uma preferência, ou uma crença racional, ou teorias verossímeis, sabendo-se que na discussão crítica a crença pode ser abandonada. Se aqui surge um novo conflito com o falsificacionismo (na defesa racional da crença), observe-se que Popper agora trata do que pode ser racional, e de que o método é o racional.

Popper recorre aos quatro problemas da indução (ou fases da sua discussão, ou estágios do argumento) (Popper, 1997: 81-106) para apreciar o seu racionalismo crítico:

- 1º) como distinguir teorias boas de teorias ruins: o problema prático de método;
- 2º) como acreditar nos resultados da ciência: o problema da crença sensata;
- 3º) como saber que o futuro vai ser como o passado: o problema do amanhã;
- 4º) como saber se existem regularidades na natureza: o problema das leis universais verdadeiras.

As três primeiras fases já foram tratadas nas seções anteriores, pois correspondem à discussão lógica, metodológica ou epistemológica. Popper resume essa discussão:

“... eu substituí o problema ‘Como é que sabe? Qual é a razão, ou a justificação, da sua asserção?’ pelo problema: ‘Por que é que prefere essa conjectura a conjecturas competidoras? Qual é a razão da sua preferência?’

Ao passo que a minha resposta ao primeiro problema é ‘não-sei’, a minha resposta ao segundo é que, regra geral, a nossa preferência por uma teoria mais bem corroborada será defendida racionalmente pelos argumentos que tiverem sido usados na nossa discussão crítica, incluindo, é claro, a discussão dos resultados dos testes. São esses os argumentos dos quais o grau de corroboração é suposto dar um relato sumário” (Popper, 1997: 98, grifo no original).

Resolvido o problema da indução já nas três primeiras fases, resta o quarto que é *metafísico*: leis universais são irrefutáveis. Popper parece assumir sua posição de *realista objetivo* para *acreditar* que exista uma lei da natureza verdadeira, mas *não acreditar* numa causalidade universal.

O realista objetivo, segundo Popper, acredita que o conhecimento, sempre conjectural, é objetivo pois visa as coisas fora de nós, acreditando que aprendemos com fenômenos

externos. A doutrina idealista é diferente por considerar a idéia de mundo como uma idéia nossa, de cada um. Popper alerta para a existência de outros conhecimentos científicos além do nosso; todos os indivíduos têm acesso ao conhecimento objetivo externo.

A base subjetiva, quando se considera que os sentidos humanos primeiro percebem, não precisa ser considerada, pois, desde o início, Popper sugere que se está no campo da *intersubjetividade* ao dar e receber propostas e ao desenvolver uma crítica racional (Popper, 1997: 112). O caráter hipotético do “conhecimento científico” e o caráter crítico de toda discussão racional permitem a combinação do realismo metafísico com o empirismo.

O conhecimento objetivo, então, é tomado como um tipo de *instituição social*, como resultado das ações humanas não-intencionais. O conhecimento subjetivo pode ser tomado como psicológico ou biológico. Popper entende que o empirismo tradicional pretende recolher os dados com os sentidos e acumulá-los (por repetição) como se fosse o nosso conhecimento. No entanto, nada é nos dado como base do conhecimento: não há dados não interpretados.

Nosso conhecimento, conforme Popper, é ação e reação na intersubjetividade. A supremacia concedida por Popper à investigação científica está relacionada com a noção de que a ciência tem pouca relação com fatores psicológicos ou subjetivos. O conhecimento científico é caracterizado pelo seu método: “*a ciência é testável e criticável intersubjetivamente; sua eficácia resulta de um controle racional e objetivo que dispensa convicções subjetivas*” Neiva (1999:84). A racionalidade decorre dos resultados dos testes, das críticas dos prejuízos, das conjecturas; ela é obtida no campo da intersubjetividade mediante discussão crítica.

O realismo *verdadeiro* tem grandes afinidades com o conhecimento conjectural obtido nas discussões críticas, pois o realismo tem mais força lógica do que o idealismo, uma vez que o seu produto é falsificável. O idealismo, para Popper (1997: 125), padece do problema de encontrar uma explicação para tudo, impedindo, muitas vezes, a possibilidade de discussão crítica.

O diálogo socrático (Popper_D) considerado por Boland, mais sofisticado graças à introdução das questões metafísicas relativas ao racionalismo e ao realismo (visão de mundo), aparece como a abordagem mais relevante para compreender a visão científica proposta por Popper. Ela deve manter, porém, a ênfase nas possibilidades lógicas de falsear teorias e nas investigações da lógica da situação.

Boland sugere esta visão para o cientista econômico. Assim, ao falsificacionismo restaria um papel menor, enquanto seria enfatizado o papel crítico da racionalidade. A ciência seria um caso especial de diálogo socrático, onde aprendemos com a eliminação dos erros diante da crítica. Sob esta visão de Popper, conforme enfatiza Boland (1994:158), pode não haver uma resposta para toda pergunta mas há uma pergunta para toda resposta, e pode não haver uma solução para todo problema mas há um problema para toda solução.

Para Boland (1994), os metodólogos que seguem o Popper_D gastam a maior parte do seu tempo criando e encorajando a crítica. A ciência está corporificada num processo motivado pela crítica, e não pela perseguição de uma justificação racional.

Considerações finais

O método falsificacionista de Popper, entendido como uma questão puramente de lógica, pode ser aplicável a todas as ciências (sejam naturais ou sociais). A metodologia na economia seria capaz de adotar o falsificacionismo, desde que conduzido como um critério de ajuizar e não de verificar teorias (como era o caso dos positivistas lógicos). Popper ressalta que seu método de falsificação não visava provas factuais para as teorias, ou seja, era favorável apenas com a dedução no campo da lógica.

Porém, quando trabalha com as ciências sociais especificamente, Popper elabora um método, denominado de análise situacional, como sendo o método objetivo para tais ciências. Neste novo método, por sua vez, estabelece o princípio de racionalidade para excluir toda e qualquer característica psicológica das análises acerca das diferentes situações dos indivíduos. O princípio de racionalidade, despojado de meios psicológicos e de características empiristas, assume a forma de um postulado metodológico que não pode ser falsificável. No entanto, resta a dificuldade quanto ao tipo de racionalidade fixado nos modelos econômicos para analisar as diversas situações. Mais ainda, o problema poderia estar na ausência de uma discussão acerca da aceitação de um determinado princípio de racionalidade na ciência econômica.

A visão de Popper_D, portanto, seria um caminho mais frutífero para a economia. A ciência, nesta abordagem, caracteriza um espaço de debate crítico acerca dos resultados obtidos com os diferentes modelos explicativos. Nesta perspectiva, não importa quais são os princípios utilizados pelos modelos direcionados aos diversos contextos. Mas, o que realmente

interessa é a discussão crítica dos resultados derivados destes modelos, desde que conduzida nas linhas do falsificacionismo e do racionalismo crítico.

Assim, a visão socrática de Popper seria a mais adequada ao conduzir a economia para um debate constante acerca dos resultados dos seus modelos e, conseqüentemente estimulando um possível avanço no pensar as situações econômico-sociais.

Referências Bibliográficas:

BLAUG, Mark. (1999) [1983] Metodologia da economia: ou como os economistas explicam. Trad. Afonso Santos Lima. São Paulo: Edusp.

_____. (1994). “Why I am not a constructivist. Confessions of an unrepentant Popperian”. In: BACKHOUSE, Roger E.(ed.) (1994). New Directions in Economic Methodology. London: Routledge, 109-36.

BOLAND, Lawrence (1994). “Scientific thinking without scientific method: two views of Popper”. In: BACKHOUSE, Roger E.(ed.) (1994). New Directions in Economic Methodology. London: Routledge, 154-72.

CALDWELL, Bruce (1991). “Clarifying Popper”. Journal of Economic Literature, 29 (1):1-33.

FRIEDMAN, Milton (1981) [1953]. “A Metodologia da Economia Positiva”. Edições Multiplic, Vol. 1, Nº 3. (Trad. Leônidas Hegenberg)

HANDS, D. Wade. (1992). “Falsification, Situational Analysis and Scientific Research Programs: The Popperian Tradition in Economic Methodology”. In De Marchi, Neil (ed.). Post-Popperian Methodology of Economics: Recovering Practise. Boston / Dordrecht / London: Kluwer Academic Publishers.

LAKATOS, Imre. (1979) [1970]. “O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica”. In: LAKATOS, Imre e Alan MUSGRAVE, A crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento. Trad. Octávio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix, 109-243.

NEIVA, Eduardo. (1999). O Racionalismo Crítico de Popper. Francisco Alves: Rio de Janeiro.

ZAHAR, E. G. “O problema da base empírica”. In: O’HEAR, Anthony (org.). (1997). Karl Popper: Filosofia e Problemas. São Paulo : Unesp.

POPPER, Karl R.(1974) [1934] A Lógica da Pesquisa Científica. São Paulo: Cultrix.

_____. (1974) [1945] A Sociedade Aberta e Seus Inimigos. São Paulo : Unesp. Trad. Milton Amado.

_____. (1992) [1961] “A Lógica das Ciências Sociais”. In: POPPER, Karl. Em Busca de um Mundo Melhor. Lisboa: Fragmentos.

_____. (1995) [1967] “El Principio de Racionalidad”. In: MILLER, David (comp.) Popper Escritos Selectos. México: Fondo de Cultura Económica. Trad. Sergio René Madero Báez.

_____.(1997) [1982] O Realismo e o Objetivo da Ciência: Pós-Escrito à Lógica da Descoberta Científica. Lisboa : Dom Quixote.